



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
CENTRO DE COMPRAS E CONTRATOS — CCC



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 064/2022 – CCC/PMPA.

CONTRATO DE LOCAÇÃO PARA ABRIGAR A SEDE DA COMISSÃO DE CORREIÇÃO DO COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL XI, NO MUNICÍPIO DE SALVATERRA/PA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A POLÍCIA MILITAR DO PARÁ E A EMPRESA ADILCE MEIRA MACHADO SOARES, DECORRENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2022/761931, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2022 – SECFMC/ CCC/QCG/PMPA, CONFORME ABAIXO SE ESTABELECE.

Por este instrumento, de um lado, como LOCATÁRIO, a **POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**, CNPJ 05.054.994/0001-42, sediada na Rod. Augusto Montenegro, Km 09, nº 8401, Bairro Parque Guajará/Dist. de Icoaraci, Belém-PA, CEP 66.821-000, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, **CEL QOPM JOSÉ DÍLSON MELO DE SOUZA JÚNIOR**, brasileiro, casado, militar estadual, RG: 18044-PMPA, CPF: 426.627.292-87, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro, como LOCADORA a Sr^a **ADILCE MEIRA MACHADO SOARES**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4311790-PC/PA e CPF: 689.106.902-59, residente e domiciliada à 3^a Rua, entre 5^a e 6^a Travessas, Bairro Centro, município de Salvaterra/PA, telefone: (91) 99175-8302, E-mail: adilcemeire@gmail.com.br, se obrigam as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento decorre dos termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/520314 - SECFMC/CCC/PMPA, tendo por base o disposto no art. 24, inciso X da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, a Lei Federal nº 8.245/91 da Lei nº 10.406 de 10.01.2002.


José Dilson Melo de Souza Jr.
Cel PM-RG: 18044
Cmt Geral da PMPA

Adilce Meira Machado Soares

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a locação de imóvel para abrigar a sede da **Comissão de Correição do Comando de Policiamento Regional XI**, situado situado à **3ª Rua, nº 415-Altos, entre 5ª e 6ª Travessas, Bairro Centro, CEP68.860-000, Salvaterra/PA.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Será designado pelo Centro de Compras e Contratos - CCC um servidor como fiscal do referido Contrato Administrativo, devendo observar o disposto no Decreto Estadual nº 870/13 de 04 de outubro de 2013, publicado no DOE nº 32.496/13, conforme os termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O aluguel mensal é de **R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)**, perfazendo o valor total de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)**, procedente do Orçamento do Estado do Pará para o corrente exercício, nos termos da correspondente lei orçamentária anual;

4.2. O aluguel mensal poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal, acumulados nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao último mês de vigência do contrato (**IVAR**) ou seus substitutivos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para que seja efetuado o reajuste anual previsto acima, o **LOCADOR** deverá, até 30 (trinta) dias antes do vencimento dos 12 (doze) meses vigentes, solicitar por escrito, o reajuste previsto no caput desta cláusula contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas provenientes do presente contratado ocorrerá conforme a dotação orçamentária, prevista no Mem. nº. 818/2022 – CCC , presente no anexo: 56 e folha de despacho, anexo/sequencial: 57 – 6ª Seção/EMG/Orç: no valor global de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), correspondente ao valor mensal de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), pelo período de 12(doze) meses, classificada conforme abaixo:

Programa: 1502 – Segurança Pública; Ação (projeto/atividade): 26/8270 – Realização de Ações da Corregedoria do SIEDS; Natureza da despesa: 33.90.36.15 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física = Locação De Imóveis; PI: 1050008270C. Fonte do Recurso:

0101 (Recursos Ordinários).

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado do Pará, mediante a apresentação de Recibo, liquidado até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencido, devidamente atestado pelo fiscal do Contrato.

NOME	ADILCE MEIRE MACHADO SOARES
Conta-Corrente	138476-7
Agência	487
Banco	237-BRADESCO

6.2 A impontualidade acarretará juros moratórios na base de 1% (um por cento) ao mês calculado sobre o valor do aluguel. O atraso superior a 30 (trinta) dias implicará em correção monetária do valor do aluguel e encargos de cobrança correspondentes a 10% (dez por cento) do valor assim corrigido.

6.3 O pagamento de qualquer dos aluguéis não implica em renúncia do direito de cobrança de eventuais diferenças de aluguéis, de encargos ou impostos que oportunamente não tiverem sido lançados nos respectivos recibos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da sua respectiva publicação no Diário Oficial do Estado, podendo o mesmo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, dependendo de acordo entre partes, salvo se uma delas manifestar-se por escrito até 90 (noventa) dias antes de seu término comunicando inviabilidade de prorrogação.

CLÁUSULA OITAVA – DA DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

O imóvel somente poderá ser utilizado pelo Estado do Pará, por meio da Polícia Militar do Pará, para instalação e funcionamento do próprio Órgão, vedada sua utilização para quaisquer outros fins, bem como sua transferência, sub locação, empréstimo ou cessão, a qualquer título, no todo ou em parte.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

9.1. O Locador fica obrigado :

9.2. entregar as chaves ao LOCATÁRIO, que deverá ser realizada quando da assinatura do contrato, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes, respondendo pelos

Adilce Meire Machado Soares

vícios ou defeitos anteriores à locação;

9.2.1. a entregar à LOCATÁRIA o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina, bem como a garantir-lhe, durante a vigência deste contrato, seu uso pacífico;

9.2.2. a pagar o imposto (IPTU);

9.2.3. Comunicar a LOCATÁRIA com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas quando, por si ou por seu representante legal, quiser vistoriar o imóvel e em caso de irregularidade comunicar imediatamente ao fiscal e ao órgão gestor do contrato;

9.2.4. No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou ação em pagamento, a LOCATÁRIA tem preferência para adquirir o imóvel, em igualdade de condições com terceiros, devendo a Locadora dar ciência por escrito, no prazo mínimo de 3 (três) meses sob pena de aplicação de multa prevista na cláusula décima-segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA:

10.1. Entregar ao término do presente Contrato, apresentar os recibos de quitação dos referidos encargos;

10.2. A LOCATÁRIA declara haver recebido o imóvel da presente locação nas condições descritas no Laudo de Vistoria Técnica contido no Processo nº 2022/761931 – **SECFMC/CCC/PMPA**, anexo 65, obrigando-se a restituí-lo no mesmo estado.

10.3. Manter o imóvel da presente locação em perfeito estado de limpeza e conservação, bem como a reparar todo e qualquer dano verificado no mesmo, seja provocado pelos integrantes da corporação ou por terceiros;

10.4. Pagar as despesas de fornecimento de energia elétrica e fornecimento de água durante o uso do imóvel;

10.5. É vedado à LOCATÁRIA, fazer qualquer obra ou benfeitoria, mesmo necessária, bem como modificar a estrutura do imóvel e suas dimensões, sem prévia autorização do LOCADOR e, quando feitas, se incorporarão ao imóvel, com exceção das removíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO: A autorização a que se refere o item 10.5, deverá estar clara entre as partes, e se estas benfeitorias serão descontadas dos valores previstos em locação ou convertidas em períodos de locação isentos de taxa, ou ainda não terão direito a retenção, indenização ou remoção das mesmas, quando findo o contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

Fica reconhecido o direito da Administração rescindir este Contrato de Locação de Imóvel na ocorrência de circunstâncias previstas no art. 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Adilene Maria Macedo Soares



CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Ajusta-se o pagamento de multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas do presente Contrato. A multa será paga sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ainda que a parte multada esteja cumprindo parcialmente este Contrato.

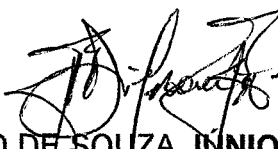

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Belém para dirimir quaisquer dúvidas referentes às cláusulas e condições do presente Contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim ajustado, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, juntamente com duas testemunhas, para que produzam os efeitos legais pretendidos.

Belém/PA, 16 de 12 de 2022.

PELA CONTRATANTE: POLÍCIA MILITAR DO PARÁ


JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JUNIOR – CEL QOPM
Comandante Geral da PMPA
José Dilson Melo de Souza Jr.
Cel PM-RG: 18044
Cmt Geral da PMPA
 *Adilce Meire M. Soares*

PELA CONTRATADA: ADILCE MEIRA MACHADO SOARES

CPF nº 689.106.902-59


TESTEMUNHAS:

NOME: *Oliver Souza da Costa*
CPF: *672.583.522-87*
RG n.º: *305673*

NOME:
CPF:
RG n.º:

OFÍCIO DE NOTAS REG. IMÓVEL
PROTESTO
TÍTULO E DOCUMENTOS
Rua Celso Campello, 55, Centro, Belém - PA

Mariana G. M. Soares
Maria das G. Pedrosa do Nascimento
OFICIAL



CARTORIO DO 1º OFÍCIO COMARCA DE SALVATERRA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Reconheço por autenticidade a(s) firma(s) de:
ADILCE MEIRE MACHADO SOARES
Dou fe. Salvaterra, 16/12/2022.
Em fio. *MW*
Maria das Graças Pedrosa do Nascimento – Oficial da verdade.

SELLO DIGITAL RECONHECIMENTO DE FIRMA
NUMERO: 5804602 – SERIE: A – SELADO EM: 16/12/2022
CODIGO DE SEGURANCA: 2063408500004453033216021

OTDE. ATOS: 1
EMOLUMENTO/S: 6.40 – FRJ: 0.96 – FRC: 0.16

POLICIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 4532/2022 – DGP/SP/SCCMP

O COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 8º, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 053/2006, e considerando o disposto no artigo 98, inciso VIII e o 127, da Lei Estadual nº 5.251/1985, considerando a cópia da certidão de óbito, matrícula nº 067595 01 55 2022-4 00514 047 0191446 38, expedida pelo Cartório do Serviço Registral Civil 4º Ofício RCPN – Belém/PA, do 3º SGT PM RG 33032 DANILO PINHEIRO DE SOUZA, expedida em 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º EXCLUIR do serviço ativo da PMPA, o 3º SGT PM RG 33032 DANILO PINHEIRO DE SOUZA, a contar de 11 de dezembro de 2022, em virtude do seu falecimento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 19 de dezembro de 2022.

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044
Comandante Geral da PMPA

Protocolo: 889764

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO AO C.A Nº022/2022 – CCC/PMPA

PUBLICAÇÃO NO DOE Nº 34.959, DO DIA 05/05/2022, PROT. Nº 794034

ONDE SE LÊ: Vigência 25/04/2022 a 24/04/2023

LEIA-SE: Vigência 05/05/2022 a 04/05/2023

ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR.

Protocolo: 889800

CONTRATO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº. 064/2022-PMPA; EXERCÍ-

CÍCIO: 2022;OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a locação de imóvel para abrigar a sede da comissão de correição do Comando de Policiamento Regional XI, no município de SALVATERRA/PA, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação no diário oficial, no valor total de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais);Data da assinatura: 16/12/2022;A despesa com este contrato ocorrerá da seguinte forma: Programa: 1502 Segurança Pública;Ação: 26/8270-Realização de ações da Corregedoria do SIEDS;Natureza da Despesa: 33.90.39.15-Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica=locação de imóveis; Plano Interno: 1050003270C; Fonte do Recurso: 0101 (Recursos ordinários);Localod: Srª ADILCE MEIRA MACHADO SOARES;CPF:689.106.902-59;ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR-CEL QOPM.

Protocolo: 889796

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, no uso de suas atribuições legais, considerando os autos do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 042/2022 – DL/PMPA, PAE nº 2022/726961, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos para o 12º Batalhão de Polícia Militar, pertencente a Polícia Militar do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, e considerando o disposto no art. 5º, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.474/02 regulamentado pelo art. 13, inc. V do Decreto Estadual nº 534/2020;

RESOLVE:

01 – HOMOLOGAR a decisão adotada pela Pregoeira, MAJ PM IZABEL CRISTINA CARDOSO COSTA MONTEIRO, designada por intermédio da PORTARIA Nº 001/2022/DL/PMPA, de 28/07/2022, que adjudicou a proposta de preços apresentada pela empresa DRONE AIR COMERCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 39.935.802/0001-29, pelo melhor lance de R\$ 39.402,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e dois reais) para o item único do certame.

02 – REMETER o processo licitatório a Diretoria de Projetos e Convênios da PMPA, a fim de que sejam adotadas as medidas administrativas relativas à contratação da empresa vencedora.

Quartel em Belém-PA, 20 de dezembro de 2022

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM

HOMOLOGAÇÃO

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, no uso de suas atribuições legais, considerando os autos do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 041/2022 – DL/PMPA, PAE nº 2022/1008791, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS permanentes, visando à criação de uma Unidade de atendimento odontológico no Comando Geral da Polícia Militar do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório, e considerando o disposto no art. 5º, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.474/02 regulamentado pelo art. 13, inc. V do Decreto Estadual nº 534/2020;

RESOLVE:

01 – HOMOLOGAR a decisão adotada pelo Pregoeiro, TENCEL PM MARCELO AMARO DA GAMA, designado por intermédio da PORTARIA Nº 001/2022/DL/PMPA, de 28/07/2022, que adjudicou a proposta de preços apresentada pela empresa PRIMEMED EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 46.218.314.0001-66, pelos melhores lances de R\$ 41.300,00 (quarenta e um mil e trezentos reais) para o Grupo 01, R\$ 6.178,00 (seis mil e cento e setenta e oito reais) para o Grupo 02 e, finalmente, R\$ 3.980,66 (três mil e novecentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o Grupo 03 do certame.

02 – REMETER o processo licitatório ao Centro de Compras e Contratos, a fim de que sejam adotadas as medidas administrativas relativas à contratação da empresa vencedora.

Quartel em Belém-PA, 20 de dezembro de 2022.

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM
Comandante-Geral da PMPA

Protocolo: 890144

DIÁRIA

PORTARIA Nº7425/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Festas Seguras 2021) (DEA 2021); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Portel-PA; Período: 28/12/2021 a 03/01/2022; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 06 de pousada; Servidores: SGT PM Charllles Jonnathan De Sousa Azevedo; CPF: 719.125.682-68; Valor: R\$ 1.450,68. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7426/22/DI/DF –

Objetivo: Atender Chamado de Justiça (DEA 2021); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Castanhal-PA; Destino: Santo Antônio Do Tauá-PA; Período: 16/12/2021; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: SGT PM Charles Da Silva Lima; CPF: 713.140.402-00; Valor: R\$ 87,04. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7427/22/DI/DF –

Objetivo: Atender Chamado de Justiça (DEA 2021); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Castanhal-PA; Destino: Santo Antônio Do Tauá-PA; Período: 14/12/2021; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: SGT PM Charles Da Silva Lima; CPF: 713.140.402-00; Valor: R\$ 87,04. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7428/22/DI/DF –

Objetivo: Atender Chamado De Justiça (DEA 2021); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Castanhal-PA; Destino: Curuçá-PA; Período: 16/12/2021; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: SD PM Rafael Garcia Chaves; CPF: 008.135.422-35; Valor: R\$ 85,72. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após o data de retorno.

PORTARIA Nº7429/22/DI/DF –

Objetivo: Atender Chamado De Justiça (DEA 2021); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Castanhal-PA; Destino: Curuçá-PA; Período: 02/12/2021; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: SD PM Rafael Veloso Rodrigues; CPF: 994.714.002-44; Valor: R\$ 85,72. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7430/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (OP. Festas Seguras) (DEA 2021); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salvaterra-PA; Período: 30/12/2021 a 03/01/2022; Quantidade de diárias: 04 de alimentação e 04 de pousada; Servidores: SD PM Marcos Paulo Vieira De Souza; CPF: 936.089.342-00; Valor: R\$ 1.012,80. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7432/22/DI/DF –

Objetivo: A Serviço da PMPA (DEA 2021); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Capanema-PA; Período: 16/12/2021; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: SGT PM Renil De Araujo Ferreira; CPF: 586.468.332-91; Valor: R\$ 131,88. ORDENADOR: CEL QOPM UBIRAJARA MAGELA DE SOUSA FALCÃO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7433/22/DI/DF –

Objetivo: A Serviço da PMPA (DEA 2021); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Capitão Poço-PA; Destino: Belém-PA; Período: 09/12/2021; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: